

As Migrações Internas no Brasil, Reflexos de uma Organização do Espaço Desequilibrada

BERTHA K. BECKER

Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil

Tomando consciência da responsabilidade dos homens na diferenciação do espaço terrestre, e nas deficiências das organizações por eles estabelecidas, a Geografia, ciência do homem e do espaço, envereda por novos caminhos em meados do século XX. Como que conscientizando, concomitantemente, a atitude omissa que mantinha até então, de mera explicação das relações entre o homem e o meio, passa a assumir uma atitude ativa, em que busca dar a sua contribuição para corrigir ou melhorar aquelas relações, através de uma intervenção deliberada.

Orienta-se assim, a Geografia moderna, para a identificação das diferentes formas de organização social e econômica estabelecidas pelo homem no espaço terrestre, organizações essas que são analisadas em seu dinamismo, pois que somente a compreensão do processo dinâmico pode fornecer perspectivas para a ação.

No momento em que a Geografia se volta para êsses objetivos, a mobilidade espacial dos grupos humanos assume capital importância. Reflexo de uma organização existente, as migrações humanas, ao mesmo tempo atuam sobre essa organização através da redistribuição da população e de seus múltiplos efeitos. Por essa razão, têm significado diverso no tempo e no espaço, variando suas causas, objetivos, direções, intensidades e efeitos, em cada período histórico. É ao fato industrial que se vinculam, basicamente, a maior intensidade e rapidez das migrações, verificadas a partir do século XIX. Estabelecendo novas formas de organização, valorizando certas áreas, provocando um excedente demográfico em outras, e gerando grandes desniveis econômicos e sociais, a indústria criou condições para o intenso deslocamento das populações, em âmbito interno e internacional. Tais deslocamentos foram ainda favorecidos pelo desenvolvimento dos transportes rápidos de massa. Contemporaneamente as migrações internacionais diminuíram de intensidade, e as migrações internas constituem os principais movimentos da população.¹ São elas características daqueles países em que se processa a revolução industrial, e que se encontram, portanto, em transição de uma economia agrícola para uma economia industrial, ou daqueles países onde uma industrialização já avançada, provoca deslocamentos espontâneos ou exige deslocamentos dirigidos de população. É no primeiro caso que se inserem as migrações contemporâneas do Brasil.²

A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A população brasileira sempre manifestou intensa mobilidade, desde os primórdios da colonização. Cabe, entretanto, distinguir, a mobilidade histórica, vin-

¹ Por migração entende-se o deslocamento de grupos humanos em que há transferência de uma unidade espacial para outra, de forma duradoura ou definitiva, acompanhada ou não de mudança profissional (PIERRE GEORGE). As migrações internas são aquelas que se processam no interior de um espaço geográfico definido politicamente, isto é, deslocamentos que não atravessam as fronteiras nacionais.

² Migrações intensas verificam-se na Europa Ocidental, entre os países que compõem o Mercado Comum Europeu. Dado o sentido dessa organização supra-nacional, êsses deslocamentos têm muito mais o caráter de migrações internas do que de internacionais.

culada à organização imposta por uma economia primária que visava à exportação, da mobilidade atual, decorrente das novas organizações que se elaboram como resultado da implantação da economia industrial no país.

A MOBILIDADE VINCULADA À ECONOMIA PRIMÁRIA DE EXPORTAÇÃO

A economia agrícola ou extrativa de exportação, principal responsável pelo povoamento e crescimento do país até o início do século XX, impôs ao espaço brasileiro uma organização sócio-econômica que criou condições de grande instabilidade à população, predispondo-a à migração.

O latifúndio, a mão-de-obra escrava, os sistemas extensivos e predatórios de utilização de terra, foram os elementos estruturais responsáveis pelo caráter instável da população. Impossibilitada de ter acesso à terra e ao capital, a população livre e pobre, sofria a esmagadora concorrência dos escravos nas oportunidades de emprêgo, já, por si, limitadas. A utilização de técnicas rudimentares, provocando o rápido esgotamento dos parques e pobres solos que a *plantation* ou o latifúndio pastoril lhe concedia, impelia a população à busca constante de novas terras, contribuindo ainda para a sua falta de fixação à terra. Esta situação de instabilidade agravou-se com a libertação dos escravos, que vieram engrossar a camada da população flutuante, pronta para migrar a qualquer estímulo.

Os estímulos às migrações internas na fase mercantilista de nossa economia, provinham do exterior. Era a demanda de certos produtos no mercado Europeu que se refletia no Brasil por uma corrida da população, visando a obtenção dos produtos valorizados. Os deslocamentos provocados pelos estímulos externos caracterizavam-se pela sua descontinuidade no tempo e no espaço. Processavam-se em surtos, cada um dos quais dirigidos para espaços diversos, e resultavam em povoamento efêmero que perdurava enquanto atuava o estímulo que os provocara, quer dizer, enquanto os produtos visados mantinham seu valor no mercado externo. Exemplos dessas migrações foram as correntes que se dirigiram para a mineração nas Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e que deixaram como herança a pecuária extensiva e alguns embriões de núcleos urbanos; o surto algodoeiro no Maranhão, que passou, deixando grandes latifúndios extrativos; a corrida de nordestinos para a coleta de borracha na Amazônia, cujo legado restringiu-se ao povoamento da zona Bragantina e a integração política do Acre.

Sòmente a partir dos fins do século XIX modificou-se o quadro descrito, mais uma vez em função de estímulos vindos do exterior, decorrentes da revolução industrial que se processara na Europa. Das duas formas ela repercutiu nos deslocamentos de população no Brasil. De um lado, a contínua expansão dos mercados urbanos europeus, que passaram a consumir maior volume e variedades de matérias-primas, sustentou por mais longo tempo a valorização desses produtos, impulsionando deslocamentos de população mais duradouros, dirigidos para áreas diversas. Para obter produção mais volumosa, foram ocupados justamente os solos de mata mais férteis e, portanto, mais capazes de sustentar com pequeno investimento, não só produção, como povoamento mais estável. De outro lado, devido à revolução industrial, criou-se na Europa um excedente de população agrícola que, emigrado em parte para o Brasil, foi o sustentáculo da produção em São Paulo e no Sul, e muito contribuiu para o crescimento demográfico. Após a imigração estrangeira acelerou-se o crescimento vegetativo da população brasileira, tornando-se mais regulares as correntes migratórias. Por essas razões as migrações internas assumiram caráter mais duradouro e efetivo resultando, por vèzes, num real e duradouro povoamento, como se verificou nas zonas cacauceiras da Bahia e cafeeira de São Paulo.

INTENSIFICAÇÃO DA MOBILIDADE EM DECORRÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA INDUSTRIAL NO PAÍS

No século XX a instabilidade intrínseca da população brasileira acentua-se enormemente com o processo de industrialização que se desenvolve no país. São principalmente estímulos internos, então, que provocam os deslocamentos de população. Acompanhando o avanço da industrialização, as migrações internas, agora caracterizadas por maior intensidade, maior constância em sua direção e maior rapidez, se iniciam por volta da primeira guerra mundial, tornando-se mais intensas a partir da década de 1930, quando a crise de 1929 abala, mortalmente, o setor de exportação, e estimula, paralelamente, o crescimento industrial.

Os fatos da economia industrial causam verdadeiros impactos sobre as organizações pré-existentes; combinando-se com elas, provocam a sua reelaboração, gerando um desequilíbrio no panorama sócio-econômico do país. Beneficiando economicamente o setor urbano-industrial em relação ao setor agrário, e a região Sudeste em relação às outras regiões do país, o fato industrial cria grandes disparidades setoriais e regionais. Paralelamente, provoca acelerado crescimento vegetativo da população, que é justamente maior naqueles setores e regiões menos beneficiados economicamente.

É esta discrepância regional entre o crescimento demográfico e o crescimento econômico, a razão fundamental das migrações internas. Intensa mobilidade intersetorial e inter-regional se estabelece favorecida por outros fatos da economia industrial: a expansão das vias de circulação, que facilita o escoamento da população e a difusão da cultura urbana pelos meios de comunicação modernos — o cinema, as revistas, o rádio (note-se o papel do transistor) — que estimula a ambição por um nivelamento sócio-cultural.

Fruto das combinações geradas sob o impacto da industrialização, dois novos tipos de relações, população-capacidade de emprêgo, projetam-se então no espaço: as áreas de alta pressão demográfica ou de superpovoamento relativo, e as áreas de menor pressão demográfica, que constituem pólos ativos de atração. Gerando uma situação de desequilíbrio sócio-econômico, a industrialização, simultaneamente, induz à busca de uma situação de equilíbrio, busca essa que é representada pelas migrações internas.

a) *O superpovoamento relativo e “as migrações de miséria”*

Assumiram o caráter de relativamente superpovoadas aquelas áreas de povoamento antigo e economia tradicional primária que sofreram apenas efeitos parciais da industrialização: o Leste e o Nordeste do país, segundo a divisão regional antiga, ou o Nordeste e as porções mineira, capixaba e fluminense do Sudeste, a maior parte do Sudeste velho, segundo a divisão moderna.

Nessas áreas a população vive à base de agricultura, pecuária e mineração, atividades primárias que são, entretanto, realizadas de forma extensiva e arcaica. Caracterizam-se por uma incapacidade da organização econômica e social e pela insuficiência de técnica. O monopólio da terra exercido pelos latifúndios pastoris e pelas grandes propriedades monocultoras, impedem o acesso à terra, absorvem pequena proporção de mão-de-obra no primeiro caso, e oferecem condições miseráveis de existência no segundo. O minifúndio, difunde-se como corolário desta situação.

Tal organização insatisfatória sofreu efeitos parciais e indiretos da industrialização. Sem gozar dos benefícios de uma implantação fabril, que teria ampliado o horizonte de trabalho, as áreas em questão receberam os benefícios da medicina preventiva, de certa higiene social que, reduzindo a mortalidade, provocaram um rápido crescimento vegetativo da população.³ Sofre-

³ As taxas de natalidade que são das mais elevadas do país se mantêm elevadas, variando de 42-48/1 000, enquanto que as taxas de mortalidade decrescem para 25/1 000.

ram ainda os efeitos da industrialização no que diz respeito às vias de circulação e à difusão da cultura urbana, que lhes permitiu tomar consciência da miséria em que viviam. Acresce que, em virtude das novas necessidades das regiões beneficiadas diretamente pela implantação fabril, tiveram acentuada a sua economia primária, que se torna complementar aos centros industriais do Sudeste, em favor dos quais sofreram forte descapitalização.

Como conseqüência o crescimento vegetativo da população acelera-se, enquanto a economia permanece rígida e estagnada, quer dizer, que o acréscimo da população é mais rápido do que a expansão da capacidade de emprêgo. A renda *per capita* decresce¹, o nível de vida estaciona ou regride em relação a outras áreas, e a população torna-se excessivamente numerosa para pretender alcançar um nível de vida médio satisfatório, caracterizando-se uma situação de superpovoamento relativo, típica do subdesenvolvimento. O excedente de população não absorvido por incapacidade da estrutura econômica, migra, assim, por sua condição de miséria, para sobreviver. Por vêzes é atraído pelas oportunidades de emprêgo que se oferecem em outras áreas. Muitas vêzes dirige-se para áreas que lhes oferecem meios de existência igualmente ou mais miseráveis. São típicas essas "migrações de miséria" no Nordeste, onde a população deslocada vegeta nas ruas de Salvador ou do Recife, É, portanto, o superpovoamento relativo, a verdadeira causa das migrações internas. A ocorrência de uma catástrofe natural, como sêcas e inundações, só vem acentuar o fluxo migratório, verdadeira válvula de escape dessas zonas de alta pressão demográfica.

Também as zonas coloniais antigas do Rio Grande do Sul, fornecem grande contingente de migrantes. Inicialmente, os movimentos de população originários dessas áreas representavam uma expansão do povoamento, pois que o crescimento da população era acompanhado por uma contínua ocupação de terras virgens, não se fazendo sentir uma pressão demográfica. Hoje, ao que parece, êsse movimento vem assumindo o caráter de migração derivada de um superpovoamento relativo: completada a ocupação territorial do Estado, o sistema agrícola extensivo utilizado em propriedades relativamente pequenas, mostra-se insatisfatório para manter a família num padrão de vida digno, e o crescimento do comércio e da indústria não se faz em ritmo equivalente ao do crescimento demográfico. A pressão demográfica nessas áreas, entretanto, não é tão forte quanto às do Leste e Nordeste do país, porque o seu crescimento econômico é maior, ainda que incapaz de absorver tôda a população.

Em contrapartida desenvolveram-se simultâneamente no país *pólos de atração* que estimulam os deslocamentos humanos. São pólos de atração as áreas já povoadas, que foram mais direta e integralmente atingidas pelo processo industrial, e aquelas áreas despovoadas que foram valorizadas pelo desenvolvimento do mercado interno e pelas vias de circulação.

No primeiro caso se incluem os grandes centros urbanos e a região Sudeste. Dadas as características do processo industrial brasileiro, que desenvolveu os ramos de bens de consumo imediato, a indústria se localizou principalmente nos centros urbanos que constituem os maiores mercados consumidores. Assim, passaram êles a atrair população pelas oportunidades de emprêgo que oferecem nas fábricas e nos serviços que rapidamente se expandem. Outras cidades, ainda que não acolhendo diretamente a implantação fabril, passaram a atrair população pelas oportunidades de ocupação que dispõem no setor terciário. É o caso das cidades que tiveram o seu comércio ativado graças à sua posição quanto à circulação, e à sua condição de elo de ligação entre a zona rural e os centros industriais. É o caso, ainda, de Brasília, cujo poder de atração, em parte planejado, acentuou-se devido ao ritmo de crescimento da indústria de

¹ Em 1950, a renda *per capita* do Nordeste correspondia a 46% da renda média *per capita* do país, e a do Centro-Sul, 123%; em 1955, os valores eram, respectivamente, 39% e 136%. Em 1960, a renda *per capita* do Piauí e da Bahia, correspondia respectivamente a Cr\$ 9.780,80 e 89.339,90, contra os Cr\$ 257.836,90 e 617.604,90, alcançados pelos estados da Guanabara e de São Paulo.

construção civil, que desencadeou um fluxo espontâneo em seu benefício. Além dos empregos que oferece, na indústria e nos serviços as cidades atraem pelos salários mais elevados que pagam, pela oportunidade de educação, de exercício da profissão, ou simplesmente por sua vida urbana. Concentrando o maior número de cidades e das indústrias do país e constituindo o maior mercado nacional a região Sudeste configura-se como o grande pólo ativo de atração demográfica no Brasil.

São ainda pólos ativos de atração as áreas despovoadas, constituídas pelas terras de mata mal exploradas ou inexploradas, que se valorizaram pelo crescimento do consumo dos produtos agrícolas nas cidades e nas indústrias. Seu poder de atração decorre da possibilidade de acesso à terra que oferecem às populações das zonas superpovoadas, da fertilidade de seus solos de mata, propícios à agricultura, e da sua posição quanto às vias de circulação que permitem a sua articulação aos grandes mercados do Sudeste.

Caracterizando-se por rápido crescimento econômico, e apresentando amplos horizontes de trabalho e perspectiva de melhores padrões de vida, os pólos de atração registram menor crescimento vegetativo da população.⁵ Sua capacidade de emprego evolui, portanto, mais rapidamente do que o crescimento demográfico, dando-lhes grande capacidade de absorção de população, razão pela qual constituem zonas de menor pressão demográfica.

Para sobreviver, ou para obter um meio de vida, num movimento que busca restabelecer um equilíbrio sócio-econômico nacional, a população se mobiliza das zonas de alta pressão demográfica para as zonas de pressão demográfica mais baixa, dando origem aos fluxos populacionais.

TIPOS DE FLUXOS E SUAS DIREÇÕES FUNDAMENTAIS

Nem todos os fluxos populacionais, entretanto, constituem migrações. Diversos tipos de fluxos processam-se no Brasil, com ritmo, dimensão e mesmo objetivos variados, desde os intermitentes e periódicos, aos contínuos e duradouros.

Intensos fluxos temporários, dificilmente mensuráveis, emprestam um caráter de *turbulência* à população de certos espaços. Esses movimentos temporários, são de curto raio, efetuando-se no interior de um espaço geográfico limitado, com ritmos diversos. Movimentos turbulentos ocorrem no Brasil, tanto em áreas de economia agrícola, quanto nas de economia industrial. Em áreas de economia agrícola, a *turbulência* tem as mesmas causas que as migrações: decorre da presença de u'a massa de população flutuante não absorvida por incapacidade de estrutura agrária, ou seja, do subemprego no campo. O objetivo fundamental é a procura de trabalho. Em todo o Brasil agrícola, parceiros, arrendatários e assalariados, movem-se periodicamente à procura de melhores contratos e salários em fazendas próximas. São intensos esses movimentos intra e interestaduais. Por vezes, deslocam-se sazonalmente procurando complementar seus poucos recursos; é o caso dos "curumbas" que deixam o agreste, no período seco, após a colheita do algodão para trabalhar na colheita da cana na Zona da Mata úmida litorânea, regressando depois ao sertão. Tais fluxos e refluxos de população são ritmadas pela alternância de períodos chuvosos e secos. Outras vezes desloca-se a população diariamente, dos pequenos povoados e cidades onde habitam. Esses deslocamentos diários vinculam-se à presença da população agrícola desempregada ou subempregada, ancorada nos núcleos urbanos à disposição dos fazendeiros que os recrutam ocasionalmente, segundo suas necessidades ou de qualquer possibilidade momentânea de emprego, seja na construção de obras públicas, seja na indústria. Exemplos de tais movimentos, podem ser observados tanto em áreas de economia agrícola tradicional, quanto em áreas de economia agrícola mais evoluída.

⁵ Taxas de natalidade mais baixas do país: São Paulo 38/1 000; Guanabara 25/1 000.

No oeste de São Paulo, por exemplo, em virtude da erradicação dos cafêzais e do avanço da pecuária extensiva, a população agrícola é expulsa das fazendas, e torna-se cada vez mais intenso o tráfego de caminhões que vão diariamente buscar a mão-de-obra nas cidades próximas.

A turbulência das áreas agrícolas não deve ser confundida com a que se verifica nas áreas mais integradas à economia industrial, onde os movimentos temporários têm objetivo diverso: são movimentos de acesso ao trabalho e movimentos de lazer. Típica é a turbulência peri-urbana provocada por movimentos pendulares da mão-de-obra, que se desloca dos núcleos-dormitórios, situados no interior da área metropolitana, para o trabalho quotidiano na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Para o Rio de Janeiro, o maior fluxo diário de trabalhadores é proveniente do setor situado a noroeste da cidade, além dos limites estaduais. Tais movimentos são favorecidos pela presença de um feixe ferroviário que se estende do norte da baía até a base da Serra do Mar, e pela abertura das grandes vias de circulação que se articulam com o centro da aglomeração através da Avenida Brasil.⁶ Típicos, ainda, de uma economia industrial, são os deslocamentos de lazer relacionados à uma população dotada de melhor padrão de vida, que lhe permite o descanso nos fins de semana e nas férias. Nos meses de verão, Rio de Janeiro e São Paulo perdem a população em benefício das praias dos Estados do Rio (Cabo Frio, Araruama), de São Paulo (litoral santista), e das zonas montanhosas próximas: Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, que servem preponderadamente à população carioca, Campos do Jordão, mais freqüentada pelos paulistas, e estâncias hidrominerais do sul de Minas, Poços de Caldas e Araxá, que servem à população de ambas as metrópoles.

Somente fluxos duradouros constituem as *migrações* internas propriamente ditas, que são de tipo intra-rural ou rural-urbanas. Os fluxos intra-rurais efetuam-se do campo para o campo. Conquanto se verifique mudança de uma unidade espacial para outra, de forma duradoura ou efetiva, neste tipo de fluxos, não se processa a transferência de setor de atividade — a população flui de uma área rural para outra, onde continua trabalhando na agricultura ou na atividade extrativa. São principalmente as áreas superpovoadas de Minas, Bahia, do Nordeste e do Rio Grande do Sul, que fornecem o contingente da mão-de-obra para a derrubada das matas, rapidamente substituídas pela lavoura e pela pecuária nas frentes pioneiras. Tendo em vista que o fluxo intra-rural resulta numa ocupação de áreas novas, ainda que por vezes precária, pode-se considerar esse tipo de migração como “de colonização”. Foram áreas colonizadas pelo fluxo intra-rural, o Oeste de São Paulo e norte do Paraná, o oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, o sul de Mato Grosso e o centro-sul de Goiás, o norte do Espírito Santo e o nordeste de Minas. Situam-se essas terras de mata num raio de 500 a 1 000 km em torno dos grandes mercados do Rio e de São Paulo, pois que os estímulos à sua valorização, decorreram basicamente das novas necessidades de consumo alimentar e industrial das grandes cidades. Em muitas delas o café representou estímulo equivalente ao dos cereais, evidenciando o caráter de transição da economia de exportação para a economia voltada para o mercado interno. Na última década a abertura das grandes rodovias, que articulam o sudeste as outras regiões do país, torna acessíveis as matas mais distantes, da periferia amazônica, para onde se dirige o fluxo populacional.

De caráter espontâneo em sua maioria, as migrações intra-rurais foram, porém, por vezes dirigidas por iniciativa oficial ou particular. A iniciativa oficial, responsável em parte pela migração para o Mato Grosso de Goiás e sul de Mato Grosso, através da criação das colônias agrícolas de Ceres e Dourados, respectivamente, denota a preocupação do Estado na integração econômica do

⁶ A respeito dos deslocamentos diários da população no Grande Rio, veja-se trabalho de LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES, AGB 1964, mimeografado.

território e na expansão da produção. A iniciativa particular, que dirigiu a população para o norte do Paraná, para o oeste de São Paulo, para Mato Grosso, revela a rentabilidade do investimento de capitais na especulação imobiliária. Ambos os interesses traduzem as novas necessidades e condições geradas com a industrialização.

Os fluxos rural-urbanos, ou de "urbanização"⁷, efetuam-se do campo para as cidades, constituindo o êxodo rural. Neste tipo de fluxo, a população, além de se transferir de unidade espacial para outra de forma duradoura, modifica sua atividade, transferindo-se do setor primário para o secundário ou terciário. O êxodo rural se processa em todo o Brasil, das zonas agrícolas para as capitais regionais, mas o movimento mais intenso e volumoso em 1950 processou-se de Minas Gerais para as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte; do Estado do Rio para a cidade do Rio de Janeiro; das zonas rurais do Nordeste para Recife e Salvador, e do campo gaúcho para Porto Alegre. Goiânia, Curitiba e Brasília acusam, hoje, índices espetaculares de crescimento demográfico, atestando fluxo intenso em sua direção. Como migrações de urbanização devem ainda ser incluídas as que se realizam de cidades pequenas para os grandes centros, migrações intra-urbanas que são extremamente ativas.

As migrações internas realizam-se diretamente ou em etapas, seguindo um itinerário fragmentado. Nesse caso uma primeira migração se efetua para as pequenas cidades próximas à zona rural, onde a população sofre um estágio de adaptação à vida urbana, e poupa forças e recursos para poder prosseguir viagem até às grandes aglomerações ou às novas zonas agrícolas. Duas amostras efetuadas pelo Prof. MARIO LACERDA DE MELO, em Recife, revelaram que cerca de 59% da população da cidade lá não havia nascido, sendo que 45% eram proveniente do próprio Estado de Pernambuco. Desses 45%, 4% era originária do sertão, 35% do agreste e 60% da zona da Mata, cujos migrantes eram fornecidos principalmente pelos aglomerados urbanos superpopulosos que, numa primeira etapa, drenam a população agrícola das cercanias. Mesmo grandes cidades como Recife, Salvador, Belo Horizonte, além de acolherem deslocamentos efetivos de população, são etapas de migrações para o Rio, São Paulo, Brasília e para as frentes pioneiras. O Censo de 1959 realizado em Brasília, revela que a maior parte da população afluída à nova Capital migrava pela segunda vez. Assim, 36,8% do total havia procedido da região Centro-Oeste, embora 23,6% tivessem nascido nessa região, os nascidos no Leste constituíam 14% do total, se bem que somente 7,3% tivessem dali procedido.

Outras cidades, por sua posição junto às vias de circulação, não chegam a constituir uma etapa de migração, mas são centros de convergência e de redistribuição de população, que lá permanece por curto prazo, dias ou meses suficientes para as sondagens necessárias à decisão final sobre seu destino. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, são importantes centros de convergência e redistribuição de população.

Até recentemente os deslocamentos processavam-se por via marítima, fluvial e ferroviária. "Pegando um Ita no Norte"⁸, como diz a canção popular, a população dirigia-se para o Rio e Santos, de onde partia muitas vezes a pé, para o seu destino. Subindo o rio São Francisco até Pirapora, ponto terminal da navegação, os retirantes procuravam os entroncamentos ferroviários próximos para a sua distribuição; papel importante cabe ainda a Montes Claros, capital regional do norte de Minas, como centro de convergência e redistribuição de população. Após a abertura das grandes rodovias foi pelo caminhão que passou a afluir a população, universalizando-se a figura do "pau de arara": Hoje, porém, a melhoria de circulação rodoviária, oferecendo transporte mais fre-

⁷ A conceituação das migrações intra-rurais como sendo "de colonização" e o êxodo rural como "de urbanização" foram sugeridas por BERNARDES KAYSER, em conferência proferida no CNG em 1966.

⁸ Tipo de embarcação de antiga companhia de navegação costeira.

qüente e a preço acessível, permite que a população se desloque por meio de ônibus. O papel da rodovia não se restringe, entretanto, à substituição dos meios de transporte. Encurtando distâncias, favorece à intensificação dos fluxos, e permite-lhes um itinerário mais direto, que evita as etapas e os centros de redistribuição.

Qual o conteúdo de fluxo populacional e qual sua repercussão sobre a organização do espaço?

BALANÇO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS: A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO E A AÇÃO ESPOLIADORA DO SUDESTE

Infelizmente as estatísticas nacionais não fornecem elementos para a mensuração dos movimentos de população em nível municipal, de modo a permitir o conhecimento preciso dos lugares de origem e de destino dos fluxos, seu volume, frequência, composição etária e profissional. Tampouco são homogêneas as informações de um censo para outro, para que se possa estabelecer o saldo real da migração, através do conhecimento do número de pessoas entradas e saídas nos locais de partida e de acolhida. Acresce que os dados do censo de 1960 ainda não foram totalmente elaborados. Conclusões gerais, entretanto, podem ser estabelecidas à base dos dados estaduais de 1950, de pesquisas isoladas, e das primeiras informações do Censo de 1960. Três conseqüências básicas das migrações internas sobre a organização do espaço podem ser identificadas: o intenso processo de urbanização, o avanço da fronteira agrícola que promova a integração econômica do território, e a espoliação que o Sudeste exerce em relação às demais regiões do país.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O alto grau de mobilidade da população resulta na sua redistribuição que se efetua, principalmente em favor das cidades, pois que as migrações internas constituem um aspecto da competição cidade-campo, característica da civilização contemporânea. Entre 1940-1950 o rápido processo de urbanização do país, evidenciado pelo maior crescimento da população urbana (43,19%) em relação ao crescimento total da população (25,99%), deveu-se em grande parte às migrações internas. Para o aumento global da população urbana as migrações contribuíram com 2 275 000 de pessoas, enquanto que o crescimento vegetativo contribui apenas com 1 521 000 indivíduos. Nas principais capitais estaduais mais de 70% do crescimento demográfico foi fruto das migrações internas (Quadro I).

QUADRO I

CONTRIBUIÇÃO DO FLUXO POPULACIONAL PARA O CRESCIMENTO URBANO — 1950

Aumento da População nas Principais Capitais Estaduais

CIDADES	Natural	Imigratória	CIDADES	Natural	Imigratória
Recife.....	24,14	75,86	Belo Horizonte.....	29,62	70,38
São Paulo.....	27,48	72,52	Salvador.....	29,28	70,38
Porto Alegre.....	27,96	72,04	Fortaleza.....	36,76	63,24
Rio de Janeiro.....	28,66	71,34	Belém.....	71,12	28,88

Dados preliminares do Censo de 1960 confirma a situação de 1950: o processo de urbanização se acentua, passando a população urbana a constituir 45,08% da população total do país, enquanto em 1950 representava 36,18% apenas. A redistribuição da população vem se fazendo em favor das grandes

cidades. Entre 1940-50 as cidades de mais de 100 000 habitantes sofreram uma aumento populacional de 2,45 milhões, e entre 1950-60, no ritmo do crescimento demográfico desses centros, elevando-se a média anual de 5,03% para 7%. Os ganhos de população dessas cidades se fazem à custa daqueles com menos de 10 000 habitantes, que apresentaram taxa de crescimento inferior à média do crescimento demográfico do país. (Quadro II)

QUADRO II

Crescimento da População Brasileira Segundo o Tamanho dos Aglomerados Urbanos no Período de 1940 a 1960

ANO	NÚCLEOS COM MAIS DE 100 000 HABITANTES		NÚCLEOS COM 10 000 HABITANTES		MENOS DE 10 000 HABITANTES		CRESCIMENTO TOTAL	
	Crescimento em milhões de habitantes	Média anual (%)	Crescimento em milhões de habitantes	Média anual (%)	Crescimento em milhões de habitantes	Média anual (%)	Em milhões de habitantes	Em (%)
1940/50.....	2,45	5,03	2,15	7,26	6,1	1,91	1,07	2,59
1950/60.....	5,50	7,70	4,2	6,1	9,3	1,85	19,0	3,1

FONTE: *Revista Visão* — 1968.

São principalmente as capitais litorâneas que recebem maior contingente da população. A persistir a tendência acima assinalada, em 1970, 24% da população brasileira total estará concentrada em apenas 9 áreas metropolitanas, registrando-se o maior crescimento demográfico nas cidades localizadas no Sudeste do país. (Quadro III).

QUADRO III

Concentração demográfica nas áreas metropolitanas (Em 1 000 habitantes)

	1950	1960	1970	Aumento percentual 1950/1970
BRASIL.....	51 900	70 900	95 200	83%
ÁREAS				
Metropolitanas.....	8 800	14 700	95 200	162%
Belém.....	280	420	640	128%
Fortaleza.....	310	560	1 000	221%
Recife.....	810	1 240	1 850	126%
Salvador.....	440	710	1 110	151%
Belo Horizonte.....	440	840	1 570	253%
RIO.....	3 140	4 840	6 680	112%
São Paulo.....	2 610	4 700	8 070	209%
Curitiba.....	270	470	840	211%
Pôrto Alegre.....	570	990	1 520	166%

PERCENTUAL sobre a População do Brasil

ÁREAS	1950	1960	1970
Metropolitanas.....	17,0%	20,8%	24,4%

FONTE: *Revista Visão*.

O desequilíbrio econômico setorial é, assim, acompanhado por um desequilíbrio na distribuição da população, acentuando-se os adensamentos da faixa litorânea, especialmente no Sudeste, em contraposição ao escasso povoamento interior.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO

Os dados de 1960 revelam, entretanto, novas tendências. Além de acentuar a densidade humana dos aglomerados urbanos, a população vem-se dirigindo para o interior, incorporando grandes porções do território num processo de pioneirismo ativo. Restrito até recentemente às matas do Norte do Paraná, Oeste de São Paulo e Sudeste de Goiás e Sul de Mato Grosso, o movimento pioneiro, apoiado na expansão rodoviária, extravasa dessa região em direção ao Norte e ao Oeste. A comparação dos dados de crescimento relativo aos Estados e suas capitais entre 1940-50 e 1950-60 deixa entrever a direção e a intensidade de tais deslocamentos: os crescimentos relativos apresentados por Maranhão, Rio Branco, Rondônia, Amapá e cidades de Macapá e Pôrto Velho, são testemunhas desse amplo movimento de integração econômica do espaço nacional (Quadro IV e Fig. 1).

QUADRO IV

a) Crescimento relativo da população por unidade de federação

CRESCIMENTO SUPERIOR A 40%			CRESCIMENTO INFERIOR A 26%		
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1940-50	1950-60	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1940-50	1950-60
S. Aimorés.....	140,21	88,6	Espirito Santo.....	15,30	—
Amapá.....	76,76	59,4	Alagoas.....	15,50	13,9
Rondônia.....	74,94	64,7	Minas Gerais.....	15,56	22,2
Paraná.....	72,65	70,2	Sergipe.....	19,04	15,5
Goiás.....	48,36	53,6	Paraíba.....	20,84	15,3
Acre.....	44,56	—	Pará.....	22,94	—
Rio Branco.....	44,27	47,1	Bahia.....	24,20	20,1
Mato Grosso.....	—	54,8	Amazonas.....	24,48	—
Maranhão.....	—	44,4	Mato Grosso.....	24,69	—
			Rio de Janeiro.....	25,01	—
			Rio Grande do Sul.....	25,99	25,6
			Rio Grande do Norte.....	—	16,1
			Piauí.....	—	16,9
			Ceará.....	—	19,8

b) Crescimento urbano relativo das Capitais Estaduais, superior a 70%

CIDADES	1940-50	1950-60
Goiânia.....	166,82	188,0
Rio Branco.....	—	70,0
Macapá.....	—	—
Curitiba.....	—	128,0
Belo Horizonte.....	91,29	100,0
Fortaleza.....	—	91,0
Pôrto Velho.....	—	87,0
São Paulo.....	—	72,0

FONTES: Contribuições para o estudo da demografia do Brasil.
Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Conselho Nacional de Estatística — IBGE — 1961.
Pesquisas Demográficas — Laboratório de Estatística — Conselho Nacional de Estatística — IBGE — 1964.

Através da Belém-Brasília atinge-se a periferia amazônica, onde frentes pioneiras dedicam-se à pecuária e à cultura de cereais, à produção de malva para a indústria de aniagem e ao cultivo de pimenta do reino, com vistas

principalmente à exportação. Conquanto a lavoura comercial seja exercida em algumas áreas pioneiras, papel fundamental nesse processo de integração, cabe à pecuária. Avançando sobre as áreas de coleta primitiva ou de pecuária tradicional, a pecuária moderna vem sendo o meio mais eficaz — porque mais rentável — de conquista do território. Ativas frentes pastoris compoem grande arco em torno das duas metrópoles, desenvolvem-se no planalto oriental baiano e mineiro, — favorecidos pelo asfaltamento da Rio-Bahia — no Sul de Mato Grosso e Goiás, enquanto se desbastam as últimas matas do Oeste paranaense, visando à pecuária e à produção de cereais.

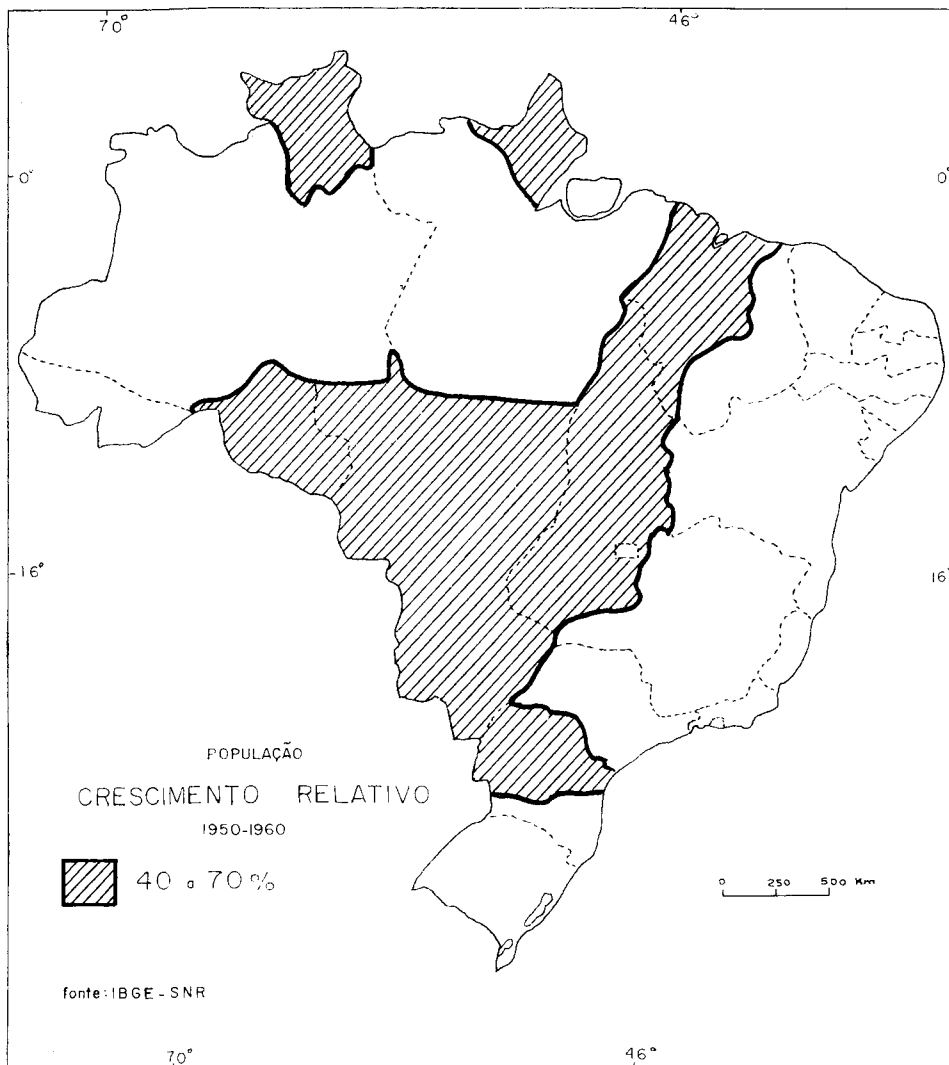


Fig. 1

As informações estatísticas disponíveis, sugerem, pois, que duas tendências se manifestam simultaneamente, quanto à redistribuição da população. Uma é a do aumento das densidades nas áreas já povoadas da faixa atlântica, especialmente as dos centros urbanos e da sua porção sudeste. Esta tendência acentua o caráter periférico tradicional do povoamento e a posição do sudeste como bloco mais populoso. Outra é a do estabelecimento de grupos humanos no interior despovoado, com baixas densidades, e que representa uma expansão do povoamento e conquista extensiva do território. (Fig. 2) O rápido ritmo de

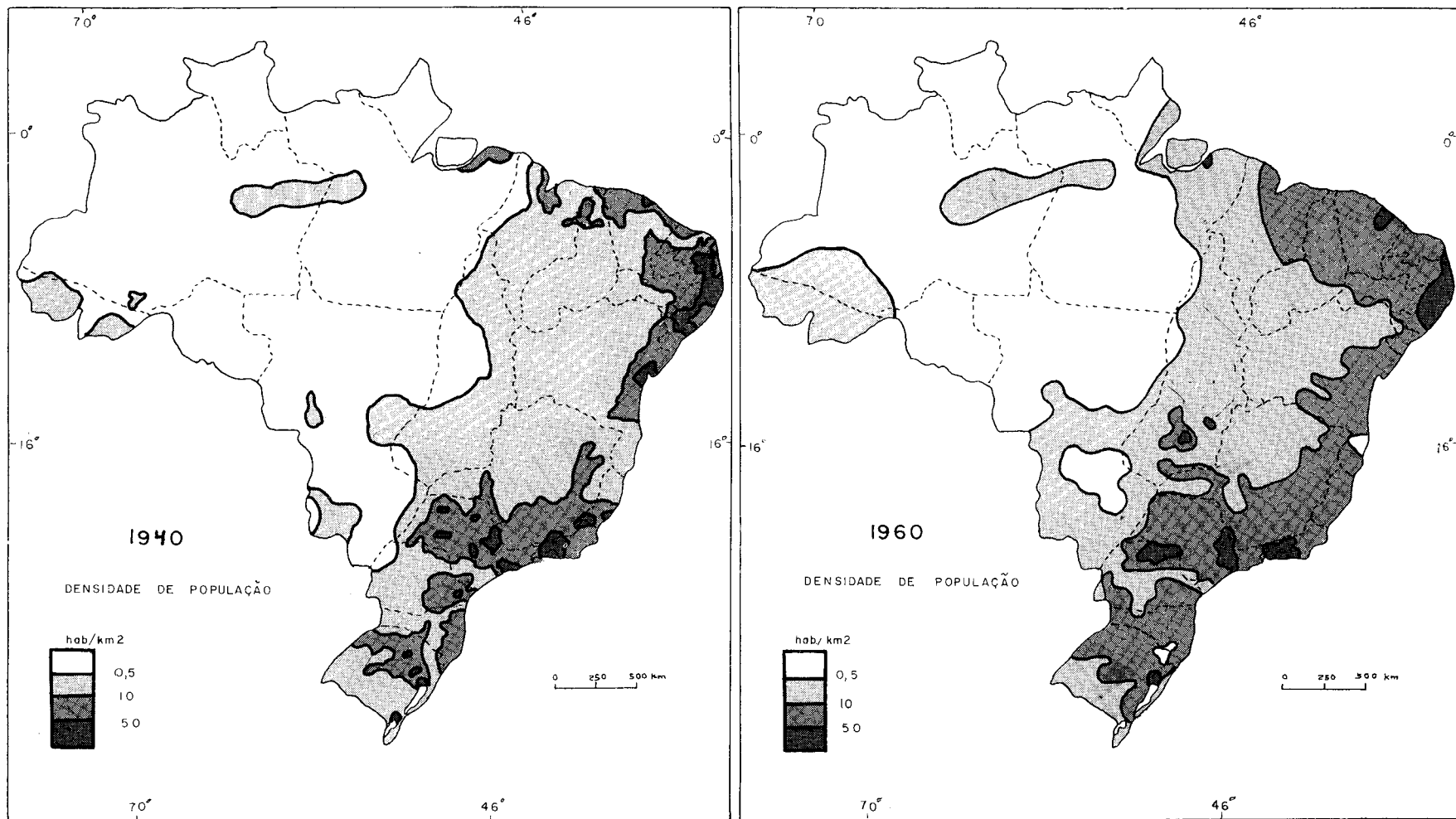


Fig. 2

crescimento demográfico das áreas interiorizadas atesta a permanência da situação do desequilíbrio regional e quiçá prenunciam a saturação demográfica das áreas de povoamento litorâneo.

A ESPOLIAÇÃO EXERCIDA PELO SUDESTE EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS REGIÕES DO PAÍS

As espoliações que o Sudeste exerce diz respeito tanto aos aspectos quantitativos como aos qualitativos. A competição cidade-campo no Brasil é fundamentalmente uma competição vantajosa do Sudeste em relação às outras regiões do país que, apresentando menor capacidade produtiva, não são competitivas, sofrendo um processo de eliminação relativa.

Os ganhos quantitativos do Sudeste podem ser verificados nos dados de crescimento urbano. (Quadros I, III e IV-B).

A atração do Sudeste torna-se flagrante, ainda, quando se observam os ganhos e perdas absolutos e relativos de população, pelos diferentes Estados em 1950 (Quadro V): (Fig. 3) Guanabara, São Paulo e Paraná foram os Estados que mais ganharam população por efeito de migrações internas entre 1940-50.

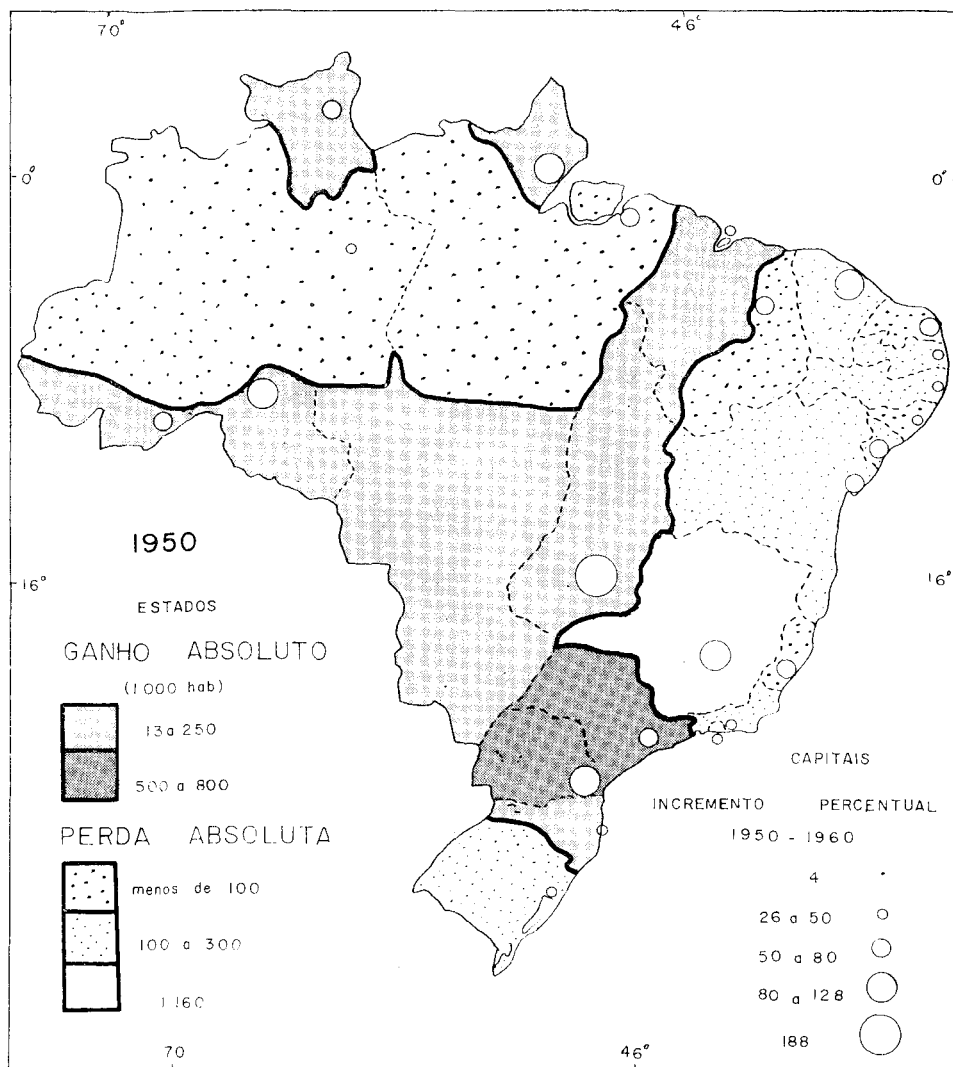


Fig. 3

QUADRO V

Ganhos e perdas absolutos de população, por efeito das migrações internas — 1950

GANHOS MAIS SIGNIFICATIVOS (habitantes)		PERDAS MAIS SIGNIFICATIVAS (habitantes)	
Guanabara.....	788 000	Minas Gerais.....	1 156 000
Paraná.....	590 000	Bahia.....	289 000
São Paulo.....	577 000	Rio Grande de Sul.....	161 000
Goiás.....	244 000	Ceará.....	161 000
S. Aimerés.....	118 000	Paraíba.....	147 000
Maranhão.....	61 000	Alagoas.....	141 000
Mato Grosso.....	42 000	Rio de Janeiro.....	138 000

FONTE: *A população brasileira* — Conselho Nacional de Estatística — IBGE — 1960.

A comparação dos dados de crescimento relativo dos Estados e suas capitais, entre 1940-50 e 1959-60 (Quadro IV), revela que persistem as migrações para o Sudeste Novo e para as zonas sob sua influência mais direta — note-se o elevado crescimento do Paraná, Goiás, Mato Grosso, e das cidades de Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo e Goiânia.

Contribuem para o crescimento do Sudeste principalmente os Estados da porção leste do país. Minas Gerais é, de longe, o Estado que perde maior número de habitantes, seguido do Estado da Bahia. A intensidade do fluxo originário desses Estados explica-se pela maior proximidade e facilidade de acesso aos pólos ativos do Sudeste, e a seus prolongamentos as frentes pioneiras do centro-oeste (Fig. 4). São também acentuadas as perdas dos Estados do Nordeste, cuja população, além de apresentar grande mobilidade intra-regional, flui para o sudeste e para a Amazônia. Já a emigração do Rio Grande do Sul, apesar de volumosa, é pouco expressiva em relação ao contingente total dos nascidos no Estado, o que parece refletir menor pressão demográfica no Estado.

É digno de nota, entretanto, o maior crescimento demográfico apresentado por Minas Gerais no período de 1950-60, em relação ao de 1940-50. Esse maior crescimento parece refletir o esforço de industrialização realizado pelo Estado na década de 1950, que teria criado condições para reter maior parcela de sua população. Em contrapartida a queda dos índices de crescimentos dos Estados nordestinos deve refletir um agravamento das condições de subdesenvolvimento regional nesse período. (Quadro IV).

Uma espoliação qualitativa é também realizada pelo sudeste. O processo migratório é freqüentemente um processo seletivo. Somente no caso de uma catástrofe, com secas e inundações, ou por vezes nas migrações de miséria, a emigração da população é global. Em geral, apenas parte da população migra. Uma primeira seleção se estabelece quanto à idade, pois que são os indivíduos em plena força de trabalho, de 18 a 35 anos, os que migram. Uma segunda seleção diz respeito ao sexo, que varia segundo a distância do deslocamento; a curta distância, são as mulheres que migram para o trabalho na indústria, ou para a prestação de serviços domésticos, inclusive. São características as migrações femininas de Minas Gerais para São Paulo e Rio de Janeiro, do Estado do Rio para a cidade do Rio de Janeiro. A longa distância, porém, são os homens que migram em maior proporção, tanto para as cidades como para as zonas agrícolas, especialmente para as áreas de atividade extrativa, como no caso de migração de nordestinos para a Amazônia. Finalmente, uma seleção de inteligência, ou pelo menos de conscientização é estabelecida pelo processo migratório; são os mais conscientes de sua miserabilidade, os que não se conformam com ela e têm ambição de progresso, os que migram. Não seria demais lembrar a seleção de inteligência que se processa em camadas mais favorecidas, representadas por jovens que vêm utilizar os serviços culturais pres-

tados pelas universidades sediadas nos grandes centros, que migram atraídos pela possibilidade de exercer a profissão, ou de ocupar postos na Política, no Magistério, na Administração, etc. Ressentem-se assim, as áreas de emigração da perda de seus melhores elementos, acentuando-se o caráter jovem de sua pirâmide etária, que acusa um aumento da proporção de crianças em relação às idades produtivas, seriamente desfalcadas,⁹ refletindo a acentuação geral do subdesenvolvimento. Enquanto isso, os pólos de atração beneficiam-se com os elementos recebidos. Em Brasília, por exemplo, a percentagem de homens de 20 a 40 anos, passou de 29,4% a 53,4% entre 1950 e 1959, e nesta data, a população ativa representava 54,7% do total.

Os ganhos quantitativos e qualitativos das regiões de acolhida, não se fazem, porém, sem graves problemas. Um deles diz respeito à inadequação da população migrada às necessidades das áreas de acolhida. Nas zonas agrícolas, os problemas não são graves. Por vezes, sendo os produtos cultivados diversos dos das zonas de origens da mão-de-obra, exigem uma adaptação, como no caso dos baianos que foram laborar nas fazendas de café paulistas. Em outros casos, pelo contrário, a migração estimulou o desenvolvimento de novas culturas, como o algodão, na região de Ituiutaba (Vale do Paranaíba), cultivado por nordestinos. É nas cidades que o problema da inadequação da mão-de-obra se aguça, pois que sendo desqualificada para o trabalho no setor secundário, é aproveitada nos baixos níveis do setor terciário. Outros problemas decorrem do desajustamento entre a quantidade de migrantes e o ritmo de crescimento urbano, que vem se mostrando insuficiente para absorver o fluxo de população. Esses desajustamentos contribuem para as crises de abastecimento alimentar, de água, de energia; crises de transportes e de habitação. Dêsse desajustamento surgem o desemprego e o subemprego, alimentado pelo próprio fluxo contínuo de população, e que afligem grande massa humana marginalizada, habitantes de mocambos e favelas situadas na periferia urbana ou nos morros e alagadiços, encravados nas cidades, mas ainda não conquistados pela urbanização. Em 1950, 51,1% da população favelada do Rio de Janeiro era constituída de migrantes nas seguintes proporções: 27,5% de fluminenses, 16,5% de mineiros e 7,1% de capixabas. O restante da população era carioca. Populações e habitações marginalizadas são características das grandes cidades não só no Brasil, mas de toda a América Latina e dos países subdesenvolvidos em geral. São sintomas de um superpovoamento relativo que já se manifesta nas cidades "inchadas" pela pressão de um fluxo humano que é excessivo frente à sua capacidade em absorvê-lo econômica e socialmente. Recentemente, observou-se que, uma vez estabelecida nas cidades, ao invés de apresentar uma queda em sua taxa de natalidade, a população migrada mantém as taxas elevadas, características de suas regiões de origem¹⁰ à alta natalidade, ou seja, o baixo custo de formação do indivíduo, e a necessidade da cooperação dos filhos para a complementação dos recursos familiares. Extremamente significativa a êsse respeito, é a dualidade apresentada pela Guanabara no que confere à composição etária global de sua população comparada à da população favelada. Em 1950, as crianças de menos de 5 anos representavam 10,3% e as de menos de 10 representavam 19,6% da população guanabarina, enquanto que nas favelas constituíam respectivamente 15,4% e 26,8% da população, numa proporção que se aproxima daquela registrada na população rural. Segundo pesquisas realizadas pela U.S. Survey, já em 1964, a proporção de crianças de menos de 5 anos elevava-se a 12,5% na Guanabara e 16,5% nas favelas, atestando a tendência ao rejuvenescimento da população urbana. A persistir tal tendência agravar-se-á o superpovoamento relativo urbano.

⁹ No Piauí, existem 7 crianças para cada 4 homens adultos, enquanto que na Guanabara, a proporção é de 4 crianças para 7 homens adultos.

¹⁰ Colóquio sobre "Le problème des capitales en Amérique Latine". Centre National de la Recherche Scientifique, Toulouse, 1964.

Mas, enfim, congestionando cidades e esvaziando campos, constituirão as migrações internas um terrível mal para o país? Ou serão fator de crescimento econômico e integração nacional?

A nosso ver, as migrações internas constituem manifestação dinâmica de uma organização em processo de crescimento, mas de crescimento desequilibrado. É, portanto, êsse desequilíbrio que deve ser objeto de análise e reparação. Exprimindo as justas aspirações das massas rurais a integrarem-se na economia moderna e a elevar o seu padrão de vida, as migrações diluem as diferenças regionais e setoriais, constituindo uma tentativa espontânea para equilibrar a organização do espaço.

Do ponto de vista estritamente econômico contribuem, efetivamente, para a urbanização do país, para o crescimento industrial do Sudeste e, através das frentes pioneiras, promovem a integração econômica de vastas porções do território. O êxodo rural, muito ao contrário de ser a causa da "falta de braços para a lavoura", é, como vimos, uma conseqüência do subemprego no campo, e a redução relativa da população agrícola (decréscimo de 70% para 64,7% entre 1940 e 50), significa, na verdade, uma limitação da disponibilidade de mão-de-obra a baixo custo para os fazendeiros. Por essas razões, para muitos, a continuação dêsse processo espontâneo de reorganização do espaço, à semelhança do modelo norte-americano, poderá ter repercussões positivas sobre nossa economia agrária, induzindo à mecanização da lavoura e, portanto, à maior produtividade.

Uma análise mais profunda, revela, porém, que as áreas agrícolas não têm condições de se mecanizar na proporção idealizada, nelas persistindo a situação de mal-estar econômico e social. Além do que, o processo de espoliação das áreas superpovoadas em favor do Sudeste é cumulativo, tendendo-se a agravar o esvaziamento dessas áreas de economia complementar que tem seu potencial natural e humano desperdiçado. Mesmo os pólos de atração apresentam problemas. O ritmo de industrialização das cidades não é suficiente para absorver o fluxo migratório; competindo com o campo, as cidades arcam com tremendo ônus, apresentando sintomas de saturação. A conquista do interior, por sua vez, vem se processando de forma extensiva e, muitas vezes, predatória. Os problemas assumem ainda maior gravidade quando encarados do ponto de vista social. Migrando para obter melhor meio de vida, a população é muitas vezes frustrada em seus objetivos, ora integrando-se imperfeita e penosamente à vida moderna, permanecendo marginalizada nos centros urbanos, ora dependente do paternalismo dos grandes proprietários nas frentes pioneiras, onde a expansão demográfica cedo poderá criar novas situações de superpovoamento.

Conclui-se que as migrações internas, processo espontâneo de reorganização do espaço gerado pelos desequilíbrios resultantes das formas de implantação industrial, ainda que contribuindo para o crescimento econômico do país, o fazem de forma penosa e insatisfatória. Urge, pois, um esforço para uma reorganização consciente do espaço, que consiga desenvolver plenamente o potencial natural e humano de tôdas as regiões do país, sem sacrifício das condições de vida das populações. Tal esforço já se faz sentir através da criação de órgãos de planejamento destinados, principalmente, a estimular o crescimento econômico das regiões problema. Os programas de valorização regional realizados pela SUDENE e SUDAM, tem se baseado principalmente no incentivo à industrialização, através da política de isenção parcial de impôsto de renda para aquêles que realizam investimentos industriais no Nordeste e na Amazônia.

Ora, pelo que se depreende da análise das migrações internas, se elas constituem o reflexo de uma organização do espaço desequilibrado, a ação consciente de transformação do espaço deve encarar o país como um todo, de forma global, e não considerar as regiões problema, isoladamente, de vez que são

partes de um conjunto. Por outro lado, se a indústria é, indiscutivelmente, um fator de crescimento econômico, nem sempre é, porém, um fator de desenvolvimento econômico social. O planejamento não deve visar exclusivamente o crescimento econômico, e sim o real desenvolvimento, quer dizer, um crescimento econômico que seja acompanhado da redistribuição da riqueza produzida regionalmente, de modo a que todos os habitantes usufruam de seus benefícios. Trata-se de conferir à região capacidade econômica para se desenvolver por si mesma, de modo autônomo. A própria definição de região desenvolvida como “o resultado de uma massa de consumidores suficientemente grande para garantir a rentabilidade dos serviços a serem consumidos”,¹¹ denota a importância que tem para a regionalização, ou seja, para o desenvolvimento a presença de uma população rural dotada de poder aquisitivo, que produza e usufrua da produção nos países subdesenvolvidos, onde somente parte dos habitantes das cidades gozam desse privilégio. Assim sendo, a implantação de grandes fábricas, dotadas da tecnologia mais moderna, tal como vem sendo feita no Nordeste, localizadas em sua periferia, próximo dos portos e às grandes vias de circulação, não parece ser a melhor forma de resolver a curto prazo, o problema do desenvolvimento regional. A absorção de mão-de-obra é pequena, enquanto se necessita de um “know-how” avançado que a região não pode oferecer. O estímulo excessivo a esse tipo de industrialização, parece, assim, mais benéfico às grandes empresas do Sudeste, nacionais e estrangeiras, que usufruem de matéria-prima, espaço e mão-de-obra baratos, e de vias de circulação que facilitam o escoamento rápido da produção para mercados exteriores à região. Não nos parece que a renda assim produzida seja retida e redistribuída regionalmente; pelo contrário, tal implantação favorece a continuação do processo de espoliação regional. E o êxodo rural continua...

A dispersão de indústrias de tipo médio e de equipamentos nos centros menores, paralelamente à implantação da grande indústria litorânea, seria frutífera para o desenvolvimento regional. No entanto, o papel da indústria e dos serviços ainda assim seria limitado, refreado que é pelo baixo poder aquisitivo da população. Para que sejam rentáveis, há que criar um mercado consumidor que inclua a massa de população rural. Tudo leva a crer que em países subdesenvolvidos, como é o nosso caso, o incentivo à industrialização deve não só levar em conta o tipo de indústria mais adequado a ser estabelecido, como, principalmente, ser acompanhado por uma reformulação da estrutura agrária. A tentativa da Reforma Agrária que vem sendo realizada por órgãos governamentais, não tem desenvolvido o campo no ritmo desejável, nem tem arretecido o êxodo rural. Se é utópica uma reforma agrária radical nas condições atuais do país, pelo menos uma atenção muito maior deve ser dada ao problema agrário. Nossa experiência indica que, no momento, uma das formas mais eficazes de produção, capaz de romper as barreiras da falta de capital e de uma comercialização opressiva, é a cooperativa de produtores. Nesse sentido deve se orientar a política agrária, especialmente nas áreas de superpovoamento relativo.

Atenção especial, ainda aos problemas da terra, merecem os espaços ainda não valorizados, que estão sendo ocupados num processo de pionerismo desordenado. O controle da posse da terra, a assistência técnica e financeira à população agrícola, devem ser planejados, paralelamente, à implantação de núcleos urbanos e industriais, para evitar que se repitam aí as distorções tradicionais que caracterizam o setor agrário no país.

O ataque ao problema agrário, evidentemente, não exclui nem o estímulo à industrialização, nem tampouco a renovação do patrimônio urbano, visando torná-lo apto às novas necessidades da vida urbana. Nesse sentido deve-se

¹¹ JEAN LABASSE, I Ciclo de Conferências sobre Planejamento Urbano. Min. do Interior, Min. do Planejamento e Coordenação Geral, Embaixada da França. Agosto de 1967.

provar a adequação do ritmo de crescimento urbano aos do fluxo migratório e do crescimento vegetativo, pela criação de novos empregos e, especialmente, no Sudeste, planejar o equilíbrio da rede urbana pela criação de novos pólos de organização da vida regional.

Sòmente através de um planejamento integrado do território nacional, que vise eliminar as diferenças setoriais e regionais do crescimento econômico, poder-se-á conseguir um real desenvolvimento, ou seja, uma organização equilibrada do espaço, capaz de proporcionar condições de vida dignas ao conteúdo humano do país, e de valorizar o imenso potencial que representam os seus oitenta e seis milhões de habitantes.

BIBLIOGRAFIA

1. ALCEU VICENTE DE CARVALHO — *A população brasileira*. C. N. Estatística — IBGE — 1960.
2. JACQUES LAMBERT — *Os dois Brasis*. INEP. 1959; 2.^a edição, Civilização Brasileira, 1967.
3. JAQUELINE BEAUJEU-GARNIER — Les migrations au Brésil. *L'Information Géographique* 26, n.º 5, 1962.
4. JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO — Êxodo Rural no Brasil. Univ. de São Paulo. Fac. Cienc. Econom. e Administrativas, Bol. 1.
5. JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO — Características das migrações internas nas suas relações com a urbanização e a industrialização. *Bol. Paulista de Geografia*, n.º 33.
6. L. COSTA PINTO — *Migrações internas no Brasil*. Instituto de Economia da Fundação Mauá, Rio de Janeiro, 1952.
7. L. SMITH — Un analisis comparativo de la migration rural-urbana em Latino-America. Estatística, *Journal of the Inter-American Statistical Institute*, 1958.
L. SMITH — Brasil — Povo e Instituições — Ed. Bloch, 1967.
8. MÁRIO LACERDA DE MELO — AS migrações para o Recife — Estudo geográfico. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961.
9. MARIA EMÍLIA T. DE CASTRO BOTELHO — Migrações Internas no Brasil. *Atlas do Brasil*. CNG, 1960.
10. PIERRE GEORGE — *Questions de Géographie de la population*. P. Universitaires de France, 1959.
11. Vários Autores — Conferências sòbre colonização, migrações internas e imigração. Serviço Social da Indústria, Divisão de Coordenação, Seção Mercado de Trabalho, Rio de Janeiro, 1956.
12. Vário Autores — Le problème des capitales en Amérique Latine. Centre National de la Recherche Scientifique, Toulouse, 1964.
13. — Migração interna — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, Estudos Demográficos n.º 26, C. N. Estatística — IBGE, 1959.
14. — Contribuição para o estudo da demografia do Brasil — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, Laboratório de Estatística, IBGE, 1961.